



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

**PORTARIA N°. 113, DE 13 DE JULHO DE 2010**

**Outorgar a Indústria de Laticínios LACBOM S.A, o direito de uso dos Recursos Hídricos para diluição de efluentes no córrego Pitas.**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), e;

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Outorgar a Indústria de Laticínios LACBOM S.A, CNPJ n° 01.592.103/0001-50, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos no córrego Pitas, com a finalidade de diluição de efluentes do empreendimento supracitado localizado no município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Lançamento de efluentes na Coordenada Geográfica: 15° 28' 05,8" S e Long. 58° 21' 27,5" W, com uma vazão máxima de lançamento de 43,63 m³/h (0,01212 m³/s ou 12,12 L/s) e concentração máxima de Matéria Orgânica de 56,00 mg D.B.O<sub>5,20°C</sub>/L, correspondendo a Carga Máxima de D.B.O<sub>5,20°C</sub> de 58,64 KgDBO/dia;



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

II - O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão Contínua de efluentes para monitoramento do lançamento de efluentes no final da cascata de aeração, prazo de 60 dias após a publicação desta Portaria, com medições diárias cujo relatório terá que ser enviado semestralmente para a Gerência de Outorga, deverá ainda conter no primeiro relatório as especificações técnicas do medidor de vazão;

III - O empreendedor deverá realizar o monitoramento da qualidade da água do manancial superficial (montante e jusante) e do efluente final. Os parâmetros a serem analisados no córrego Pitas são no mínimo: Fósforo Total, Nitrogênio Total, DBO<sub>5,20°C</sub>, pH, Temperatura da Água, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas e Coliformes Termotolerantes, mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga semestralmente até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório com cadastro no órgão ambiental;

IV - O empreendedor deverá realizar a medição de vazão no manancial superficial no período de estiagem meses (julho, agosto e setembro de 2011) com intervalos de 30 dias entre as medições, pelo método do molinete, e encaminhar o relatório técnico até Outubro de 2011, com a devida ART (anotação de responsabilidade técnica) do responsável pelas medições para Gerência de Outorga.

**Art. 2º** A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 12 de Julho de 2013, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 3º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

**Art. 4º** A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

**Art. 5º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 6º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

**Art. 7º** A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 13 de Julho de 2010.

REGISTRADA,  
PUBLICADA,  
CUMpra-SE.

**ALEXANDER TORRES MAIA**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT

(Original Assinada)

*\*Publicada no D.O.E. do dia 10/08/2010.*